



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax : (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@ambiente.sp.gov.br

Visite nosso site : www.comitetg.sp.gov.br

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-TG

REALIZADA EM 15/12/2008

1 **ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-TG (15/12/2008):** Aos quinze dias do mês de
2 dezembro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, deu-se início à trigésima
3 quarta Reunião Ordinária do CBH-TG, no Centro de Convenções do Michelangelo Hotel,
4 município de Cedral, Estado de São Paulo. Foi solicitado que todos os membros ocupassem seus
5 lugares à mesa principal. Foram convidados para compor a mesa: o Sr. Germano Hernandes
6 Filho, representante da Sociedade dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São José do Rio
7 Preto e Presidente do CBH-TG; o Sr. Luiz Fernando Carneiro, Prefeito Municipal de Olímpia e
8 Vice-presidente; a Sra. Fabiana Zanquetta de Azevedo, representante do Departamento de Águas
9 e Energia Elétrica - DAEE/BTG e Secretária Executiva Adjunta do CBH-TG. Além dos membros
10 da diretoria, foram convidados os senhores: José Luiz Albuquerque Filho (geólogo), Antônio
11 Carlos (adjunto da Câmara Técnica) e Luciano Passoni (coordenador de Câmara Técnica de
12 Planejamento e Avaliação). **ABERTURA:** Presentes 30 (trinta) membros dos 54 membros
13 votantes, ou seja, o número regimental para abertura da Plenária. O Presidente do CBH-TG, Sr.
14 Germano declarou aberta a 34ª Reunião Ordinária do CBH-TG e saudou membros e convidados
15 presentes. **LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-TG:** Na
16 seqüência o Presidente submeteu à plenária a Ata da 33ª Reunião Ordinária do CBH-TG e
17 sugeriu a dispensa da sua leitura tendo em vista que ela foi enviada no ato da convocação a todos
18 os membros. Foi colocada em discussão e votação, sendo aprovada pelos membros presentes.
19 **INFORMES DA DIRETORIA:** a Sra. Fabiana informou que o CBH-TG foi indicado, mais uma vez,
20 para fazer parte da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização, junto ao CNRH
21 (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) para o próximo biênio (2009/2011) e que dentre os
22 assuntos discutidos, por essa Câmara Técnica, está uma articulação Nacional entre o Ministério
23 do Meio Ambiente e ANA (Agência Nacional das Águas) com vista a fazer uma divulgação das
24 questões dos recursos hídricos junto aos comitês. O município de Aspásia ficou em 17º lugar no
25 Ranking Ambiental Paulista que premia os municípios verdes, dentre 44 municípios certificados.
26 Ainda em novembro, ocorreu o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, na cidade
27 do Rio de Janeiro/RJ. Nesse encontro foi ministrado um Curso de Funcionamento dos Comitês e
28 Secretaria Executiva. Participaram deste encontro 15 estados, inclusive um representante do
29 Peru, onde a implantação dos comitês de bacia está em fase inicial. Há possibilidade de um termo
30 de cooperação entre o CBH-TG e aquele País no sentido de levar a experiência desse comitê.
31 Ainda no mês de novembro, foram inaugurados os sistemas de tratamento de esgoto de Guapiaçu
32 e Pindorama. A importância dessas obras se dá no âmbito ambiental e no fato dos estudos terem
33 iniciados com o apoio do comitê. Essa inauguração contou com as presenças do Dr. Aluísio
34 Nunes, Dra. Dilma Pena e Dr. Ubirajara Félix. No mês de outubro, em Ribeirão Preto/SP, nos dias
35 09 e 10, foi realizada uma reunião da Bacia do Rio Grande que é uma articulação entre os
36 estados de São Paulo e Minas Gerais, com vista à implantação do Comitê de Integração da Bacia
37 Hidrográfica do Rio Grande. Três grupos foram formados, a saber: o grupo de Articulação
38 Institucional (Estratégia de coordenação e articulação institucional), o da Documentação
39 (justificativa, diagnóstico da bacia, histórico da gestão e da articulação para criação do CBH, entre
40 outras) e o grupo da Articulação Social (Estratégia de divulgação para mobilização social e coleta
41 de adesões). O que está proposto para o ano de 2009 é o processo de mobilização que visa
42 apreciar e discutir qual modelo de comitê se deseja, para tanto fica, para a próxima plenária, a
43 apreciação de uma Moção de apoio à formação do Comitê. Em setembro, entre os dias 05 a 12,

44 juntamente com o CBH-SJD, participamos do VI Diálogo Interbacias em Educação Ambiental em
45 Recursos Hídricos. Havia 12 premiações a serem distribuídas. O CBH-TG e o CBH-SJD, juntos,
46 trouxeram 5 prêmios, com destaque para os prêmios em apresentação oral (Pólo Apta Centro
47 Norte, com o trabalho: Um Instrumento na Educação e CATI com o trabalho: Melhoria da
48 Qualidade da Água na Zona Rural de Mesópolis/SP) e apresentação em painéis (CATI: Fonte de
49 Energia Alternativa Reduz Contaminação do Meio Ambiente). Ao final das informações, a palavra
50 foi passada novamente a presidência que ressaltou a importância do recadastramento dos
51 membros e participantes da plenária, com vista ao fortalecimento das relações e comunicações
52 entre os membros. O geólogo José Luiz Albuquerque Filho do Instituto de Pesquisas Tecnológicas
53 do Estado de São Paulo – IPT- apresentou o Plano de Bacias reformulado, em virtude do
54 Relatório de Situação I e em conformidade com a Deliberação CRH 62, cujo anexo dispõe sobre
55 os conteúdos mínimos que devem fazer parte do plano de bacia bem como a questão da
56 cobrança do uso da água, que modifica o patamar financeiro e é um importante instrumento na
57 gestão dos recursos hídricos. Como conclusão, propõe-se uma gestão do plano através de um
58 grupo contínuo que possa realizar o link entre as ações propostas no plano e órgãos de fomento
59 (além do FEHIDRO) que estão elencados no plano, uma vez que outras fontes de
60 recursos/financiamento são apontadas. A sra. Fabiana fez esclarecimentos adicionais, priorizando
61 o fato do plano estar alinhado à Deliberação CRH 62 e reunião conjunta com todas as câmaras
62 técnicas com vista à discussão de metas e ações a serem contempladas no plano bem como a
63 audiência pública necessária, que devido ao tempo, já escasso, optou-se então, por uma consulta,
64 sendo esta realizada de modo eletrônico, que apresentou respostas locais, sendo estas de suma
65 importância na elaboração e conclusão do plano. A entrega do Plano é importante sobre a
66 proposta dos novos índices para cota parte dos recursos FEHIDRO, concluindo que o resultado
67 final do plano atende tanto a questão da deliberação como a de mobilização. Foi proposto então,
68 que nesta plenária, fosse apreciada a aprovação do plano. Diante do exposto, o sr. Germano abre
69 então a palavra para que os presentes pudessem se manifestar com vista à aprovação do plano,
70 uma vez que o mesmo teria que ser encaminhado até o dia 30/12/2008. O Secretário do Meio
71 Ambiente de Monte Alto, João Francisco Inforçatti, argüiu sobre como o plano prevê a orientação
72 técnica aos municípios. O sr. José Luiz responde que o plano recomenda melhoria, em se
73 tratando de capacitação, dos diversos setores. A sra. Fabiana diz que essas ações já estão sendo
74 tomadas e cita o exemplo da APTA e a finalização da execução do Centro de Referência Regional
75 que está sendo construído no DAEE com o objetivo de fornecer cursos, palestras, seminários,
76 através de um plano de ação em conjunto com o Comitê com vista a capacitar os técnicos que
77 trabalham na bacia. O sr. Antônio Lourenço Coli, da secretaria da fazenda questiona sobre as
78 ações existentes quanto ao incentivo de preservação das nascentes, a exemplo do que faz a
79 cidade de Nova York – EUA. Foi esclarecido que o plano recomenda uma ação no sentido de
80 conscientizar, divulgar, fortalecer e articular um plano de ação nesse sentido. O presidente do
81 comitê é enfático ao afirmar que há necessidade de se colocar em campo toda a política de
82 gestão discutida dentro do comitê, no sentido de se formar uma massa crítica e colocar as ações
83 em prática. Dá como exemplo, um projeto embrionário, onde há política de recuperação de matas
84 e nascentes no PCJ, caso de Extrema-MG. Os produtores rurais recebem para proteger matas e
85 nascentes. Foi informado, ainda, que o está sendo realizado um Plano Ambiental das Nascentes
86 do Rio Preto, que visa elaborar ações para se proteger a mata bem como se tornar uma referência

87 para outras nascentes. Afirmou ainda a necessidade de abordar, de maneira diferente, questões
88 como a educação ambiental e o desperdício de água, concluindo que todas as ações
89 contempladas no Plano de Bacia são ações que podem ser financiáveis em nível mundial e para
90 tanto há a necessidade de se criar um Grupo Gestor do Plano de Bacias. A sra. Fabiana
91 acrescenta, ainda, a importância de se ter um Plano Estratégico e exemplifica utilizando o
92 Programa Água Limpa, que favoreceu vários municípios tendo o Comitê como parceiro na
93 elaboração dos projetos, estudos e licenciamentos. Dentre as ações estratégicas citam-se os
94 Planos Diretores de Drenagem Urbana que promove a demanda de medidas estruturais e não
95 estruturais dentro de cada município. Não havendo mais manifestações sobre o plano, o sr.
96 Germano, colocou em votação a minuta da Deliberação CBH-TG, deliberação nº. 144/2008, que
97 aprova o “Plano de Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande” e dá outras providências. A deliberação
98 foi aprovada. Ficou autorizada a divulgação de todo o material no site do CBH-TG, para que sirva
99 de consulta e reflexão. Germano agradece ao José Luiz a parceria do IPT com o CBH-TG. O
100 próximo item, da pauta, Diretrizes e Critérios para Hierarquização das Ações e Indicação para os
101 Recursos FEHIDRO/2009 foram apresentados e esclarecidos pelo Coordenador da Câmara
102 Técnica de Planejamento, Gerenciamento de Recursos Hídricos e Assuntos Institucionais, o sr.
103 Luciano Passoni. Destaque foi dado quanto ao artigo 7º. Foi solicitado, pela sra. Fabiana a volta
104 do quesito sobre Planos Diretores de Drenagem e Erosão, em função de haver, na bacia,
105 municípios que necessitam desse tipo de pleito. Quanto aos critérios de pontuação, houve a
106 exclusão do item “Cronograma” e inclusão dos itens: “Abrangência da ação” e “Relevância da
107 ação para a Bacia e/ou Sub-Bacia”. Feita a apresentação, a palavra foi aberta para
108 manifestações. O Secretário Municipal de Saneamento Básico de Catanduva, o sr. César
109 Morasca, argüiu que nos artigos 3º e 4º mencionam a necessidade, no caso de obras, da licença
110 de instalação, sendo que o município possui a licença prévia e há interesse em apresentar um
111 projeto, de uma estação de tratamento de esgoto, para concorrer ao pleito. Foi respondido que a
112 licença mais demorada para se conseguir é a Licença Prévia e que estando toda a documentação
113 em ordem, a Licença de Instalação sai mais rapidamente, não sendo por isso que o município
114 perderia o prazo. O sr. Samir, representante do Rotary e Coordenador da Câmara Técnica de
115 Águas Subterrâneas solicita uma revisão nos percentuais destinados a Categoria de Gestão de
116 Recursos Hídricos, fundamentado no fato de que o abastecimento público e poços particulares
117 correspondem, em São José do Rio Preto, 66% do consumo. Coloca a importância de se levar em
118 conta investimentos na avaliação do potencial hídrico dos aquíferos bem como de sua proteção,
119 tendo em vista que a disponibilidade hídrica superficial está cada vez mais escassa. Sugere ainda
120 que a Diretoria Executiva do Comitê proponha uma avaliação e consulte os demais segmentos
121 para que se possa ter uma visão real e clara da demanda futura e assim propor um percentual
122 que atenda as necessidades. O sr. Luciano justificou que tal necessidade ainda não está ideal e
123 que parte dos questionamentos levantados pelo senhor Samir estão sendo supridos, podendo
124 citar ações que foram tomadas, tais como mudança de prioridades dentro do PDC 4. O que antes
125 era prioridade 2 passou a ser 1 e com a questão do cadastramento que está sendo iniciado com
126 vista à cobrança. A questão dos estudos é de importância, pois irá fomentar as próximas ações do
127 comitê e prefeituras. Serviços e obras ainda tomam grande parte dos percentuais. O sr. Samir
128 retomou a palavra e diz que uma ação imediata que poderia ser feita é dotar o DAEE de estrutura,
129 de modo rápido e eficaz, com vista a buscar diminuir a defasagem que existe entre os poços

130 existentes e os outorgados com direito de uso, uma vez que 2 aspectos seriam abordados: a
131 qualidade do recurso no ponto e o disciplinamento do uso. O sr. Germano diz que essa proposta
132 já está sendo feita e justifica no fato de que até 25% dos recursos pode ser utilizado em ações
133 prioritárias e de caráter estratégico bem como e que a cobrança do uso da água demanda a
134 outorga a qual se refere o dr. Samir. Em encontro com a dra. Dilma, nas duas inaugurações das
135 estações de tratamento de esgoto da bacia, foi solicitado às outorgas de todos os poços que a
136 SABESP possui na bacia. Outra ação é promover, para o próximo ano, um encontro entre as
137 grandes concessionárias que atuam na bacia com vista a solicitar regularização dos poços de uso
138 público. Outro ponto que justifica o percentual de 20% nessa área é que houve renovação de
139 grande parte das prefeituras e os prefeitos, para este ano, não iriam conseguir apresentar projetos
140 neste quesito. O município de Catanduva está promovendo ações no sentido de regularizar os
141 poços instalados sejam os de abastecimento público e ou particulares através de notificação ao
142 DAEE e a promotoria pública. O sr. Germano diz que, com a cobrança, um trabalho na mídia será
143 realizado, com vista a uma chamada onde os usuários terão que fazer a outorga de seus poços
144 particulares. O sr. César volta a pergunta ao sr. Silvio (CETESB) quanto ao fato de Catanduva
145 possuir somente a Licença Prévia e há necessidade da Licença de Instalação. O sr. Silvio
146 informou que cumpridas as exigências da L.P, a CETESB se manifesta em até 30 dias. O sr.
147 Antônio Carlos Carvalho da Sociedade dos Engenheiros de S.J. Rio Preto propõe que para o
148 próximo ano, os novos prefeitos sejam chamados ao comitê para discutir os índices de perdas em
149 seus municípios. A sra Fabiana faz considerações sobre a questão da regularização dos poços,
150 onde muitos são anteriores a legislação que os obrigada da outorga, sugerindo assim uma
151 regularização dos poços mais antigos e questões sanitárias e uma das ações propostas é o
152 programa de diminuição de perdas no abastecimento público onde só será possível com o
153 conhecimento real de consumo e produção da água. Diante do exposto é possível viabilizar
154 recursos para os municípios regularizarem seus poços executados antes da legislação. A
155 cobrança será voltada para os grandes usuários e serviços públicos. Diante disto será elaborado
156 um Ato Declaratório, onde esses usuários iram declarar o consumo. Esclarece ainda que os
157 recursos possam ser se houver sobra de recurso, alocados para outras áreas. Sugere ainda uma
158 modificação no parágrafo 1º, incluindo aí o PDC 4. Após as manifestações, observações, foi
159 colocada em votação a Deliberação nº.145/2008, que aprova diretrizes e critérios para distribuição
160 dos recursos do FEHIDRO/2009 destinada à área do CBH-TG, sendo, então aprovada pela
161 plenária. A seguir foi apresentado o calendário para as atividades para o exercício 2009 para
162 protocolo de solicitações e calendários para as eleições do próximo biênio. Esta apresentação foi
163 feita pelo sr. Luciano Passoni e consta como Deliberação 146/2008 e 147/2008 respectivamente.
164 A palavra é aberta para manifestações e logo em seguida a aprovação das mesmas, sendo
165 ambas aprovadas pela plenária. A seguir a sra Fabiana fez esclarecimentos sobre as deliberações
166 Ad-refendum, 142/2008 e 143/2008, ambas relativas à indicação de prioridades de investimentos
167 do FEHIDRO relativas a saldo remanescentes, sendo a 142 indicando a 2ª carteira de projetos e
168 projetos estratégicos definidos na 33ª Reunião Ordinária e a 143 indicando projeto estratégico,
169 exigência do CRHI para elaboração de Relatório de Situação em plataforma de indicadores. A
170 palavra foi aberta para manifestação e em seguida as Deliberações foram submetida a aprovação,
171 sendo ambas aprovadas. Em seguida passou-se para outro item da pauta – Outros Assuntos –
172 onde a sra. Fabiana faz uma apresentação do Relatório Gerencial do Comitê em consonância

173 com a Deliberação 80 do CRH com vista a encaminhar para a Coordenadoria dos Recursos
174 Hídricos um Relatório do Comitê. A seguir o sr. Germano fez uma apresentação de uma síntese
175 evolutiva da existência do Comitê. Tal apresentação se fez devido ao fato da reunião coincidir com
176 o aniversário do Comitê que nesta data completa 13 anos de funcionamento. Foi dada ênfase as
177 principais conquista do comitê podendo citar ações nas seguintes áreas: abastecimento público,
178 sistemas de tratamento de esgoto, resíduos sólidos (IQR), suscetibilidade quanto à erosão e
179 Plano diretor de macro drenagem do município. Ressaltou-se que há necessidade de uma gestão
180 tanto nos sistemas de tratamento de esgoto quanto na questão dos resíduos sólidos bem como a
181 elaboração dos planos de macrodrenagem municipal. **ENCERRAMENTO:** Sr. Germano retoma a
182 palavra e solicita que todos os membros presentes se manifestem sobre o andamento da reunião
183 e sugestões para trabalho. O dr. Samir exaltou a importância da atuação da sociedade civil e
184 como o segmento tem contribuído para o bom andamento do Comitê. Após manifestações,
185 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e convidando os presentes para um *coffee*
186 *break* no saguão do hotel. Eu, Fabiana Zanquetta de Azevedo, Secretária Executiva Adjunta,
187 lavrei a presente ata, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, que contou
188 com a presença de 57 (cinquenta e sete) membros do Comitê, titular, suplente, e demais
189 convidados, sendo posteriormente encaminhada aos membros do CBH-TG para aprovação na
190 reunião plenária seguinte. Segue para publicação junto ao DOESP os seguintes documentos:
191 ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-TG; DELIBERAÇÃO CBH-TG ad-referendum Nº.
192 142/2008 de 07/08/2008 que “Indica prioridades de investimento do FEHIDRO e dá outras
193 providências.”; DELIBERAÇÃO CBH-TG (ad-referendum) Nº. 143/2008 de 26/09/2008 que “Indica
194 prioridades de investimento do FEHIDRO e dá outras Providências.”; DELIBERAÇÃO CBH-TG
195 Nº.144/2008 de 15/12/2008 que “Aprova o Plano da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande e dá outras
196 providências.”; DELIBERAÇÃO CBH-TG Nº.145/2008 de 15/12/2008 que “Aprova diretrizes e
197 critérios para hierarquização dos recursos do FEHIDRO destinados à área do CBH-TG, *exercício*
198 *2009*.”; DELIBERAÇÃO CBH-TG Nº.146/2008 de 15/12/2008 que “Fixa prazos e procedimentos
199 para apresentação e análise de solicitações visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO,
200 *exercício 2009*.”; DELIBERAÇÃO CBH-TG Nº. 147/2008 de 15/12/2008 que “Estabelece
201 calendário para recadastramento dos membros atuais e cadastro de interessados em ingressar no
202 Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande e eleições para o mandato 2009/2011”.

203
204
205
206
207
208

DOE; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 119 (62), sábado, 02 de abril de 2009.